

CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Entre:

O Estado Português, através do FUNDO AMBIENTAL, com o número de Identificação Fiscal 600 086 992, sito na Rua de "O Século" n.º 63 - 2.º, 1200-433 Lisboa, neste ato representado pela Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho, nomeada pelo Despacho n.º 14110/2014, de 14 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 226, de 21 de novembro de 2014, por inerência Diretora do Fundo, no uso da competência própria prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, doravante designado **PRIMEIRO OUTORGANTE** ou **FUNDO**;

e

A Associação Eco Parque do Relvão, com sede em Rua Anselmo de Andrade, 53, 2140-081 Chamusca, com o número de identificação de pessoa coletiva 509 055 133, neste ato representada por Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, portador do Cartão do Cidadão n.º 10594530 7 ZX2, válido até 05/10/2019, na qualidade de Presidência da Direção, e por Diamantino Cordeiro Duarte, portador do Cartão do Cidadão n.º 00376914 3 ZX1, válido até 29/06/2022, na qualidade de Vice-Presidência da Direção, com poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento comprovativo que exibiram, como **SEGUNDO OUTORGANTE** ou **BENEFICIÁRIO**.

Considerando que o Fundo tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os objetivos enunciados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

Considerando que compete ao Ministro do Ambiente a definição do plano anual de atribuição de apoios e a afetação das receitas, nos termos do artigo 7.º do já citado Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

Considerando que a competência para a direção do Fundo cabe por inerência à Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, designadamente a execução do plano anual e a outorga de contratos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

Considerando que:

- a) O despacho do Ministro do Ambiente n.º 538-B/2017, de 5 de janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 6 - 1.º suplemento, de 9 de janeiro de 2017, alterado pelo Despacho n.º 4906/2017, de 24 de maio de 2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 108, de 5 de junho de 2017, estabelece as orientações estratégicas para o Fundo, bem como a definição do plano anual de atribuição de apoios e utilização de receitas;
- b) O Quadro 4, identificado sob a epígrafe "Avisos para apresentação de candidaturas - Despesa do Fundo em 2017", constante do mencionado n.º 4906/2017, de 24 de maio, estabelece o valor de € 1 000 000,00

(um milhão de euros) para apoiar o desenvolvimento de planos de implementação de estratégias de economia circular;

- c) O Aviso n.º 6907/2017, de 7 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 119 de 22 de junho de 2017, define as regras de atribuição de apoios pelo Fundo, através do financiamento de atividades de estudo e de análise, consultoria e outras que identifiquem as oportunidades, promovam o envolvimento das entidades, e façam a pré-avaliação das mais-valias económicas, ambientais e sociais;
- d) A inscrição da despesa inerente ao contrato consta no orçamento de 2017, da primeira outorgante, a satisfazer pela Classificação económica D.04.01.02.00.00 e cabimento n.º FX41700426;
- e) O Relatório Fundamentado foi aprovado pela Diretora do Fundo Ambiental, em 29 de setembro de 2017;
- f) Foi apresentado o Certificado da Direção de Serviços do IVA ou comprovativo do pedido junto da Direção de Serviços do IVA, e as declarações de consentimento para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, nos termos do disposto no ponto 14.2 do já citado Aviso n.º 6907/2017, de 7 de junho.

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

OBJETO

O presente contrato tem por objeto o financiamento do Projeto designado “EPR.COLAB - Sistema de Gestão para a Promoção de Simbioses Industriais no Eco Parque do Relvão”, relativo à candidatura n.º 17, no âmbito do Aviso n.º 6907/2017, de 7 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 119 de 22 de junho de 2017.

CLÁUSULA 2.ª

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

- 1. O Plano de Implementação do Projeto deverá descrever as operações a serem desencadeadas, em conformidade com a candidatura aprovada e com o Anexo I ao Aviso n.º 6907/2017, de 7 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 119, de 22 de junho de 2017.
- 2. O Relatório de Viabilidade deverá detalhar os pressupostos que permitem garantir a viabilidade do projeto, mais especificamente:
 - a. Análise SWOT
 - b. Análise custo-benefício
 - c. Análise quantitativa que demonstre os benefícios associados ao projeto;

8
27

CLÁUSULA 3.ª

PRAZO DE VIGÊNCIA

1. A execução do contrato inicia-se na data da sua assinatura e cessa a 24 de novembro de 2017, data limite para a apresentação dos planos de implementação do projeto e relatório de viabilidade.

CLÁUSULA 4.ª

FINANCIAMENTO

O financiamento a atribuir pelo Fundo Ambiental ao Beneficiário é de € 50 000,00 (cinquenta mil euros).

CLÁUSULA 5.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos são efetuados por transferência bancária, no prazo de 30 dias, nas seguintes condições:
 - a) 30% do montante indicado na Cláusula 4.ª, a título de adiantamento e mediante opção do Beneficiário, em conformidade com a alínea a) do ponto 15.1 do Aviso n.º 6907/2017;
 - b) 70% ou 100% do montante indicado na Cláusula 4.ª, consoante o Beneficiário tenha optado ou não pelo adiantamento, após validação do Plano de Implementação do Projeto e respetivo Relatório de Viabilidade, em conformidade com a alínea b) do ponto 15.1 do Aviso n.º 6907/2017.
2. Entende-se por validação do Plano de Implementação o cumprimento dos itens identificados na estrutura apresentada no Anexo I *Estrutura do Plano de Implementação do Projeto* do Aviso n.º 6907/2017.
3. Em caso de adiantamento, o Beneficiário deve prestar caução de igual valor, através de seguro caução ou de garantia bancária, em conformidade com o modelo de declaração identificado no Anexo II ao Aviso n.º 6907/2017.

CLÁUSULA 6.ª

OBRIGAÇÕES DO FUNDO

Constituem obrigações do Fundo:

- a) Executar de modo adequado as suas responsabilidades, incluindo as suas obrigações de informação, de cooperação, de pagamento e outras expressamente previstas no presente contrato;
- b) Desenvolver as diligências necessárias à atribuição do financiamento, podendo solicitar ao Beneficiário informação e ações de controlo comprovativos do projeto a financiar.

CLÁUSULA 7.ª

OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

São obrigações do Beneficiário:

- a) Apresentar o Plano de Implementação do Projeto em conformidade com a candidatura aprovada e nos termos do Anexo I ao Aviso n.º 6907/2017 e o Relatório de Viabilidade;
- b) Cumprir pontualmente as obrigações contraídas perante terceiros, por forma a não prejudicar a prossecução dos objetivos do financiamento;
- c) Prestar ao Fundo todos os esclarecimentos necessários à boa fundamentação da execução do financiamento e verificação da execução do contrato;
- d) Fazer referência ao financiamento do Fundo Ambiental em todas as ações de divulgação pública da iniciativa, de acordo com as orientações a fornecer pela entidade gestora do Fundo Ambiental;
- e) Assegurar que todos os materiais de comunicação, *marketing* e publicidade, eventualmente produzidos pelo Beneficiário, devem incluir o logótipo do Fundo Ambiental;
- f) Proceder à devolução das verbas não utilizadas ou indevidamente utilizadas, no prazo de 30 dias a contar da data da notificação, nas situações de incumprimento previstas no presente contrato e no Aviso n.º 6907/2017;
- g) Manter a sua situação regularizada perante a Administração Tributária e Segurança Social, em relação a quaisquer contribuições, taxas e impostos.

CLÁUSULA 8.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes contratantes relativas aos aspetos de execução do contrato devem ser efetuadas através de correio eletrónico, exceto se outra forma for expressamente aplicável.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de entrega transmitido pelo recetor para o emissor.
3. Caso não se verifique a receção do recibo de entrega prevista no número anterior, a comunicação ou notificação presume-se efetuada até ao 3.º dia útil após o envio da mesma.
4. As notificações e as comunicações que tenham o Fundo como destinatário e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas até às 10 horas do dia útil seguinte.

5. Cada parte obriga-se a fazer constar do contrato escrito até 3 (três) endereços eletrónicos, para os quais se devem efetuar, em simultâneo, todas as comunicações e notificações:

a) Fundo:

- i. geral@fundoambiental.pt
- ii. hugo.almeida@fundoambiental.pt

b) Beneficiário:

- i. geral@aepr.pt
- ii. ceo@aepr.pt
- iii. colab@aepr.pt

CLÁUSULA 9.ª

VERIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O Fundo pode, a todo o tempo e pela forma que tiver por conveniente, verificar a execução do presente contrato, incluindo a observância dos requisitos subjacentes à atribuição do financiamento.
2. O Beneficiário fica expressamente obrigado a prestar todas e quaisquer informações que forem julgadas oportunas para efeitos de verificação do projeto.

CLÁUSULA 10.ª

FINANCIAMENTO POR OUTROS FUNDOS

O montante financiado pelo Fundo para o projeto identificado do presente contrato, não pode ser simultaneamente financiado por parte de outro fundo, entidade ou organismo, de carácter nacional, comunitário ou internacional, e para o mesmo fim.

CLÁUSULA 11.ª

RESOLUÇÃO

1. O Fundo tem o direito de proceder à resolução do presente contrato, mediante comunicação, em qualquer um dos seguintes casos:
 - a) Não execução do contrato, nos termos previstos no processo de decisão de aprovação do financiamento;
 - b) Incumprimento das obrigações perante a Administração Tributária e a Segurança Social, nomeadamente contribuições, taxas, impostos e outras importâncias;
 - c) Prestação de informações falsas, ou viciação dos documentos fornecidos em qualquer fase do projeto;



- d) Recusa na prestação de quaisquer informações ou em submeter-se a qualquer ação de verificação do projeto.
2. A resolução do presente contrato nos termos do número anterior, implica a devolução do montante correspondente ao financiamento concedido pelo Fundo, obrigando-se o Beneficiário a repor, no prazo de 30 dias a contar da data da notificação, as importâncias recebidas acrescidas de juros calculados à taxa legal aplicável.

CLÁUSULA 12.ª

DIREITO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Lisboa, 9 de outubro de 2017.

Primeiro Outorgante

Alexandra Carvalho
(Diretora do Fundo)

Segundo Outorgante

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho
Queimado
(Presidência da Direção)

Diamantino Cordeiro Duarte
(Vice-Presidência da Direção)